Posto de saúde poderá comprovar violência sexual

Medida permitirá que exames sejam feitos já no atendimento médico; hoje, isso é atribuição de serviço de segurança pública

Lígia Formenti / BRASÍLIA

A coleta de provas de violência sexual poderá ser feita nos serviços de saúde credenciados. Portaria interministerial assinada ontem permite que exames necessários para a comprovação da violência sejam realizados já no atendimento médico. Atualmente, isso é atribuição exclusiva de segurança pública. O credenciamento começa nos próximos dias, mas ainda não há prazo para a conclusão do processo.

O objetivo da medida, de acordo com a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menecucci, é tornar mais humanizado o atendimento da vítima e, ao mesmo tempo, reduzir a impunidade. Os vestígios devem ser reunidos logo nas primeiras horas depois da violência.

"Somente serviços credenciados poderão fazer a coleta. A inscrição será precedida de um treinamento, feito pelo próprio ministério", afirmou o ministro da Saúde, Arthur Chioro. Existem atualmente 402 centros de atenção às pessoas em situação de violência sexual, dos quais 131 são 24 horas. Estes centros, completou o ministro, deverão ser os primeiros a receber a habilitação, pois já têm profissionais habilitados e estrutura específica. A ideia é expandir a rede nos próximos meses.

Em seis Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Amazonas, Minas e Santa Catarina) já existe um acordo local que permite a coleta do material nos serviços de saúde.

Depois da coleta, os vestígios deverão ser encaminhados para unidades especializadas em medicina legal. A análise das provas em casos de violência sexual continuará sendo feita por um perito do Instituto Médico-Legal.

Com a mudança, profissionais da rede de saúde credenciada se encarregam de fazer o atendimento do paciente, a coleta de vestígios e encaminhá-los para autoridade policial, quando requisitados.

● **Denúncias**

20%

foi o aumento das denúncias de violência sexual (estupro, assédio e exploração sexual) no País, em 2014, em comparação com o ano anterior. Foram 1.517 casos, ante 1.151 em 2013.

A autoridade policial tem a incumbência de registrar e armazenar os dados, para que eles fiquem disponíveis no sistema de segurança pública e de Justiça. As provas somente são usadas caso a mulher queira registrar depois uma ocorrência contra o autor da violência. "A coleta de vestígios é essencial. Não existe crime sem a prova", observou a ministra.

Dúvidas. Ela lembrou que, quando atuava na casa de atendimento a vítimas de violência na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), havia dúvidas, por exemplo, sobre como e onde armazenar os vestígios dos casos de estupro.

"Quantas mulheres o serviço perdeu, quantos casos ficaram sem solução por não haver uma resposta ágil para essas perguntas." Durante a cerimônia de assinatura da portaria, Eleonora afirmou ser imprescindível a implementação da Lei Maria da Penha e da rede de serviços de proteção para a mulher. "Hoje há um gargalo para o atendimento", disse Eleonora. Atualmente, há uma Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande (MS). Está prevista a construção de 27, seis delas neste ano.

Eleonora afirmou que a integração entre as áreas de proteção da mulher, segurança e saúde é essencial. "A transversalidade é indispensável. E deve ser feita na ponta, no atendimento ao público", completou.

O ministro Arthur Chioro afirmou que a portaria pretende criar uma rede de proteção para mulheres. "Diminuir toda situação de medo que envolve situações de violência", disse.

Segundo os dados do Sistema de Vigilância em Violência e Acidentes de 2013, foram registradas 200 mil situações de violência doméstica, das quais 136.785 contra mulheres. "Não acabaremos com a violência. Mas o governo tem o compromisso que as vítimas possam ser protegidas e amparadas", completou Chioro. Foi assinada também uma portaria que institui um grupo de trabalho para criar estratégias para o cuidado da saúde da mulher com deficiência e mobilidade reduzida. "Não é mais um. Ele tem prazo, ele tem foco", assegurou Chioro.

ELZA FIÚZA/AGÊNCIA BRASIL

Mudança. O ministro Arthur Chioro afirma que só os serviços credenciados farão a coleta

Projeto prevê mamografia a partir de 40 anos no SUS

● O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto de decreto legislativo que suspende parcialmente uma portaria do Ministério da Saúde e obriga a realização do exame de mamografia no Sistema Único de Saúde (SUS) a mulheres a partir dos 40 anos de idade. O projeto ainda será discutido no Senado.

A proposta muda a portaria 1.253 do Ministério da Saúde, de 12 de novembro de 2013, que alterava a tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS. A medida condicionava o pagamento de mamografia bilateral de rastreamento à pessoa com idade entre 50 e 69 anos.

No projeto, a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) argumenta que a regra imposta pelo Ministério da Saúde contraria a lei 11.664, de 2008, que trata de ações de saúde para assegurar a prevenção e detecção de câncer do colo uterino e mama no âmbito da rede pública. A deputada ressalta que um dos artigos da lei estabelece a mamografia a todas as mulheres com mais de 40 anos e que a criação de uma condicionante para o procedimento é ilegal e equivale a restringir o acesso de pacientes a um exame que se mostrou efetivo no diagnóstico precoce do câncer de mama. / DAIENE CARDOSO

MPF investiga ações de combate à dengue em 40 cidades de SP

Foco é na região de Jales; há suspeita de que a omissão dos órgãos públicos facilitou a proliferação da doença

José Maria Tomazela
SOROCABA

O Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito para apurar se as medidas de prevenção e combate à dengue são adequadas em 40 municípios da região de Jales, no norte do Estado de São Paulo. Já em Campinas o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou medidas de combate à doença.

Dados divulgados anteontem, pela Secretaria Estadual da Saúde, mostram que o Estado já acumula no ano 80.283 casos da doença, 73,8% a mais do que nos três primeiros meses de 2014. Pelo menos 70 pessoas já morreram desde janeiro por complicações da doença. Somados os registros suspeitos, o número de notificações chega a 196.282.

Os municípios da região de Jales deverão informar ao MPF quantos casos suspeitos e confirmados da doença foram registrados em 2014 e 2015 e o eventual número de mortes, além dos índices de infestação pelo mosquito transmissor.

O procedimento também investigará se o tratamento dado aos pacientes é correto e, ainda, quanto de recursos cada município investiu nesses dois anos em ações contra a dengue. Há suspeita de que, em muitas cidades, a omissão dos órgãos públicos facilitou o avanço da doença. A região está entre as de maior incidência da dengue no Estado. Um terço dos municípios da região já convive com a epidemia.

Para os procuradores da República Carlos Alberto dos Rios Júnior e José Rubens Plates, que estão à frente do inquérito, é fundamental que os poderes públicos adotem um controle contínuo, em caráter emergencial, para reduzir os criadouros e atender os enfermos. Até a tarde de ontem, os municípios da região informaram que não haviam sido notificados sobre o inquérito do MPF.

Alckmin. Em Campinas, o governador Alckmin prometeu que o número de agentes de saúde no combate à dengue será duplicado e o governo vai adquirir mais equipamentos e 50 caminhonetes. Também enviará 30 médicos da Polícia Militar para cidades em situação crítica.

Alckmin também disse já ter solicitado autorização à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o uso da vacina contra a dengue produzida pelo Instituto Butantã. As vacinas já passaram por duas fases de testes, mas ainda estão na fase clínica. Alckmin quer a liberação para uso rápido na população dos municípios mais afetados pela doença. "Temos 12 mil doses da vacina à espera de regulamentação pela Anvisa e, uma vez liberadas, serão destinadas para os municípios com mais casos da doença", afirmou. / COLABOROU VERA LONGHINI, ESPECIAL PARA O ESTADO

MIGUEL PESSOA/ESTADÃO CONTEÚDO

Posto em Sorocaba. Alckmin promete ampliar recursos

NA WEB
Portal. Como guardar água sem atrair o mosquito
estadao.com.br/e/aguadengue

ENTREVISTA

Jaime Oliveira, diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que pediu afastamento do cargo

'Anvisa precisa ganhar eficiência', diz diretor demissionário

Ele afirma que a agência deve atender às demandas sociais com agilidade e nega questões políticas para sua saída

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) precisa ganhar agilidade e eficiência para atender de forma mais rápida às demandas sociais, afirma o diretor Jaime Oliveira, que ontem pediu afastamento do cargo. Em entrevista concedida ao **Estado**, ele negou que sua saída dois anos antes do término do mandato tenha sido provocada pelo descontentamento em não ser efetivado como presidente da autarquia, cargo que vinha exercendo de forma interina desde outubro.

● Sua saída é vista como uma forma de se aumentar o espaço de negociações políticas do governo.
Não tem nada a ver com a presidência da Anvisa. Eu tomaria essa decisão de qualquer forma, se estivesse oficialmente no posto, se estivesse em outro órgão. A decisão é pessoal. Não foi adotada antes porque o Barbano (*Dirceu Barbano, presidente da autarquia até outubro passado*) terminou o mandato entre o primeiro e o segundo turnos, depois foram as eleições no Congresso. Agora era hora de levar adiante a ideia. Minha mulher vai fazer cursos fora do Brasil, essa era a melhor época, em razão da disponibilidade de horários.

● Qual desafio o próximo diretor vai enfrentar?
Demandas sociais que exigem da Anvisa respostas cada vez mais rápidas, mantendo claro o controle e segurança nas decisões. A agilidade e a eficiência são pontos extremamente importantes.

● Quais demandas?
Acesso a medicamentos importantes para tratamento de doenças graves, de doenças raras, além de ações de promoção à saúde. Medidas que possam intervir em fatores de risco para doenças crônicas, como alimentos com alto teor de sódio, tabagismo. É preciso também trabalhar para alcançar maior integração internacional. Hoje todas as agências no mundo perceberam que não conseguem exercer o controle sanitário sozinhas. Elas têm de montar rede, trabalhar em parceria. A troca rápida de informações, integrar informações de farmacovigilância.

● A Anvisa é uma agência lenta?
Ela é uma agência que pode ser mais ágil e está buscando isso, por meio do aumento de funcionários e da racionalização de processos de trabalho. Há também uma tendência de compartilhar esforços com setor regulado. Em muitas situações, a regulação está tão sofisticada que permite o início de atividades sem que para isso um longo processo seja realizado. Mudanças na legislação vêm sendo feitas para isso. Em vez de registros, basta que a empresa apenas notifique a agência que determinada atividade será iniciada. Isso vem sendo feito, por exemplo, no setor de cosméticos.

● O argumento de que a Anvisa extrapola suas atribuições vem sendo usado com frequência. Por exemplo, na resolução que proibia o uso de aditivos ao cigarro e na que proibiu o uso de moderadores de apetite.
A Anvisa vem executando a função legal para a qual ela foi criada. Nessa execução, surgem assuntos polêmicos. Não estamos imunes a questionamentos. E é absolutamente legítimo de que eles sejam feitos e sejam levados a outras instâncias de discussão. Isso é natural, não acontece apenas na Anvisa. / L.F.